



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XVII — N.º 178 — SÃO PAULO — JUNHO DE 1973 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5ª ANDAR - S/ 50 — CAIXA POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

## A BATALHA EM CURSO

Faltam quatro meses para as "eleições" legislativas de outubro. Boa altura para um balanço sumário da situação do adversário e para uma análise das perspectivas que se abrem ao movimento democrático.

O desenvolvimento da luta popular e os esforços do governo fascista para neutralizar o movimento de massas e preencher o vácuo político que afeta o regime caracterizaram bem o primeiro trimestre. Em abril, o Congresso de Aveiro, confirmando a tendência da oposição democrática para se unir numa ampla frente em torno de uma plataforma comum, assinou o malogro dos esforços de Caetano & Cia para dividir as forças anti-fascistas. Em maio e junho, graves e inesperadas derrotas militares na Guiné — que está prestes a proclamar a independência — colocaram a cúpula militar-fascista perante um dilema: inventar uma nova estratégia ou assistir, a curto prazo, ao funeral do colonialismo.

Caetano, pela primeira vez desde que sucedeu a Salazar, não sabe bem nem o que fazer nem o que dizer. Seu discurso no Congresso da chamada Acção Nacional Popular traduziu bem o alarme geral do sistema. Os generais africanos, as grandes empresas monopolistas, os grandes bancos haviam-se preparado para um "ano eleitoral". Mas o aparecimento dos mísseis nos céus da Guiné mudou todos os dados da equação. Tartufo Caetano não ignora que existe uma interação íntima entre a luta popular interna e a guerra colonial. As derrotas do colonialismo em África constituem um fator de dinamização do movimento de massas em Portugal, da mesma forma que cada vitória parcial da oposição democrática portuguesa tem uma repercussão imediata e positiva no combate travado pelos movimentos libertadores na Guiné-Bissau, em Angola e Moçambique.

Ora, em maio e junho tudo se conjugou. A tal ponto que Caetano, em gesto de desespero, se voltou para os ultras, incentivando-os a realizar no Porto um grotesco conclave de criminosos de guerra, oficialmente definido como Congresso de Ex-Combatentes. Obviamente que Marcelo Caetano não morre de amores por esses ultras. Exibindo-os como papão julga, porém, poder recuperar a imagem antiga e retornar à demagogia "liberalizante". Ou eles ou eu, é o conteúdo da sua mensagem tartufesca! O povo não a escutou.

Simultaneamente, em nova tentativa para quebrar o isolamento internacional, e tomando como pretexto a tese nati-morta de Kissinger sobre a reforma da OTAN, Caetano desentendeu as suas teses atlânticas, na esperança de criar condições para o envolvimento do Brasil na fogueira das guerras africanas. A manobra malogrou também.

A poucos meses das "eleições", o fascismo principiou, assim, premido pelas circunstâncias, a desmascarar-se mais cedo e mais completamente do que em anteriores farsas eleitorais. Impediu a propagação do recenseamento em vários municípios de grande densidade operária, reforçou a censura à imprensa, intensificou a repressão em escala nacional, forjou vitórias imaginárias contra as forças populares e contra os patriotas da FRELIMO, do PAIG e do MPLA, e, finalmente, voltou a prometer o paraíso ao povo português. As promessas "eleitorais" são tão ridículas que o povo as converteu em tema de anedotas. Falar em política hospitalar quando há vinte anos não se constrói um hospital nas três principais cidades do país é realmente do domínio do humor negro. Falar em melhoria da situação do funcionalismo quando a última mudança de vencimentos proporcionou aos generais de África aumentos superiores aos salários totais dos funcionários médios, é despertar os ressentimentos populares.

A situação, em Portugal e em África, é, assim, muito favorável ao desenvolvimento das lutas em curso.

O isolamento nacional e internacional da ditadura fascista agravou-se acentuadamente no primeiro semestre de ano. O custo de vida sobe a cada semana que passa; o congelamento de salários persiste como doutrina oficial; o processo de concentração monopolista está arruinando dezenas de pequenos e médios empresários e lançando no desemprego muitos operários especializados; as condições de habitação nas grandes cidades, já péssimas, vão tornar-se piores com o aumento dos aluguéis já prometido pelo governo.

Obviamente, o movimento democrático não poderá vencer as "eleições". As regras do jogo "eleitoral" ditadas pelo fascismo estabelecem que a futura Assembleia, tal como as anteriores, terá de ser um galinheiro povoado de aves fiéis ao fascismo colonialista. Mas essa certeza não impede que a oposição democrática, muito lucidamente, aproveite todas as possibilidades oferecidas pelo período "eleitoral". Tudo indica que até outubro o desafio se aprofunde. A luta reivindicativa da classe operária, a luta nos sindicatos e nos quartéis, as lutas dos estudantes e da juventude em geral, a luta contra a guerra colonial estimulam-se reciprocamente e favorecem a abertura de novas frentes. Na grande batalha política em curso o desafio ao fascismo e ao colonialismo é total.

PORTUGAL DEMOCRATICO



*A verdade é revolucionária e pode sempre mais do que a mentira. Caetano e sua pandilha fizeram o possível e o impossível para dificultar a realização do Congresso de Aveiro e, depois, para minimizar a sua significação política. O fascismo perdeu mais uma batalha. Todas as ameaças, todas as limitações, a ação da censura, as provocações da televisão, da rádio, da PIDE-DGS, as manobras grotescas do Governador Civil de Aveiro, as instruções de Tartufo Caetano foram impotentes contra a vontade popular. O Congresso da Oposição Democrática constituiu um acontecimento político e social da mais alta significação, alcançou extraordinária repercussão internacional e demonstrou com meridiana clareza o repúdio da Nação ao fascismo e ao colonialismo. Imagens como a que reproduzimos — um aspecto do plenário — ridicularizam os esforços de Tartufo para diminuir a ressonância do Congresso. Elas mostram de que lado está o povo.*

## FERIDOS E MUTILADOS EXIGEM FIM DA GUERRA

Publicamos abaixo o texto de um documento que circula clandestinamente em Portugal, principalmente entre antigos soldados, assinado por um grupo de doentes anticolonialistas. O apelo é do seguinte teor:

"A guerra colonial, guerra feita pelo governo fascista contra os povos da África, tem como único objetivo a defesa dos interesses dos grandes capitalistas portugueses e estrangeiros, que exploram as terras e os naturais de Angola, Moçambique e Guiné-Cabo Verde, tal como nos exploram a nós no nosso País.

E quem paga esta guerra? Nós, jovens portugueses, que nos vemos obrigados a fugir para terras distantes, longe de familiares e amigos, para que não paguemos com as vidas o preço de uma guerra injusta, promovida pelo militarismo nazi do governo fantoche de M. Caetano.

Aos milhares de mortos, acrescentam-se milhares de mutilados, de perturbados mentais e mais aqueles que contraem doenças, consequentes duma péssima alimentação e de desadaptação climática, tudo jovens que ficam destruídos para o resto da vida.

Os hospitais militares são insuficientes e incapazes de receber e tratar humanamente os milhares de feridos desta criminosa guerra. É o que acontece, principalmente no H.M.P.

Sem um mínimo de higiene e condições de tratamento, continuamente superlotado, o H.M.P. assemelha-se mais a um depósito de carne humana, do que a um estabelecimento de recuperação de doentes que cumpriram o tão apregoado "dever para com a Pátria". O comer é intragável, a disciplina nazi é por vezes mais rígida que nas unidades e aquartelamentos; os jovens são frequentemente acusados de simular doenças, sem sequer serem submetidos a exames médicos. E depois de ficarmos alei-

jados para sempre, que nos resta? Uma pensão miserável, que não dá para comer, a cadeira de rodas, ou o tabaco e as bolachas que "caridosamente" nos dá a Cruz Vermelha.

A juventude portuguesa não é criminosa. A juventude portuguesa culpa o governo fascista, dos milhares de mortos e mutilados, vítimas da guerra colonial. Exijamos: instalações condignas. Melhor

assistência médica. Melhor a alimentação — façamos levantamentos de rancho até o conseguirmos.

Fim da guerra colonial. Regresso de todos os soldados. Abaixo o fascismo.

Que ninguém utilize a dispensa na próxima 4.ª feira. Salamos todos em grupo: Em grupo somos fortes e ninguém nos deterá."

## Ultra Direitistas Realizam Congresso

Lisboa (Do correspondente) — Por considerarem que a chamada Acção Nacional Popular, que tem Caetano por regente, não é suficientemente fascista e colonialista um grupo de ex-militares de extrema direita que combateu nas guerras coloniais portuguesas pretende constituir-se em partido político e apresentar candidatos próprios nas próximas "eleições" de outubro para a Assembleia Nacional.

O grupelho de ultras realizou já um congresso, no Porto, de 1 a 3 de junho. Seria preciso remontar aos tempos aureos de Hitler e das suas SA para se ter um termo de comparação no tocante à linguagem ideológica usada por esse grupo de fascistas que se arroga o direito de falar em nome de um milhão e meio de camponeses e trabalhadores portugueses que em doze anos foram forçados a participar das guerras africanas de Salazar e Caetano.

Embora, oficialmente, o governo não se manifeste, Caetano encara com aparente simpatia "o movimento dos ex-compatentes" e deu instrução ao seu romboédrico ministro do Interior, sr. Rapazote, para dar todas as facilidades a

"Essa bela rapaziada". Os "rapazes", bem entendido, são um amontoado de criminosos de guerra, neuróticos, aventureiros sem escrúpulos, toxicomanos, etc.

O Congresso, apesar do relevo que lhe foi dado pela imprensa fascista, mereceu o desprezo da população portuguesa.

### Nesta Edição:

— Protesto de Oficiais de Marinha pg. 3

— Angola no coração da tempestade — pg. 3

— Os mísseis mudam a guerra na Guiné — Bissau pg. 4

# Pequenas Noticias

## Notas e comentários

### As vitórias de Caetano

O colonialismo português está sofrendo derrota sobre derrota na Guiné-Bissau. A utilização pelo PAIGC de mísseis terra-ar mudou todas as perspectivas da guerra, como bem demonstra o artigo da revista brasileira "Visão" que transcrevemos noutra página. Em apenas dois meses o general Spínola perdeu um terço dos jatos supersônicos de que dispunha.

Desesperado, o colonialismo português procura obter através da propaganda as vitórias que não consegue alcançar no campo de batalha. Não se contentou em mobilizar todos os seus lobbies espalhados pelo mundo numa gigantesca campanha de distorção dos fatos. Inventou também combates imaginários. Em maio, por exemplo, a Agência fascista "Lusitana" distribuiu em Portugal um telegrama segundo o qual forças portuguesas haviam batentes do PAIGC, desta vez, Kumbamori, na Casamansa, destruindo todas as suas instalações, apreendendo imensas quantidades de material de guerra e infligido ao adversário centenas de baixas, entre as quais 167 mortos. O texto descrevia a pequenos pormenores, especificando qual o tipo das armas, o número de granadas, de metralhadoras, de fuzis, etc. Não faltava sequer uma referência às baixas, aliás reduzidas, sofridas pelas tropas portuguesas. Esse telegrama serviu de tema inspirador a toda a escória humana do jornalismo fascista. Em correspondência para um jornal brasileiro, o sr. Santana Mota, por exemplo, depois de enaltecer as fantásticas proezas do batalhão de "co-

mandos negros" que alcançara tamanha vitória, insinuou que as bases de lançamentos de foguetes do PAIGC teriam sido destruídas.

Na realidade, a batalha que, segundo a Lusitana, teria durado 5 dias, não existiu. Os combatentes do PAIGC, desta vez, levaram a coisa para o lado humorístico. E com razão. O território de Casamansa fica no Senegal, cujas fronteiras não foram violadas agora. Quanto à famosa Kumbamori é desconhecida pelos homens do PAIGC. Não existe, nem na Guiné nem no Senegal, localidade com tal nome.

Poucas semanas depois, o PAIGC respondeu às vitórias imaginárias da dupla Caetano-Spínola com uma vitória real. Um comando de patriotas guineenses tomou de assalto a importante base portuguesa de Guiledje, na frente Sul. A guarnição era constituída de duas companhias de infantaria reforçadas por uma bateria de artilharia e um esquadrão de cavalaria. Entre o material capturado figuraram dois canhões de 155 mm, cinco caminhões, um jipe, uma central elétrica, uma emissora, morteiros, fuzis e munições. Em consequência da operação - intitulada "Amílcar Cabral, em homenagem ao grande líder assassinado pelo colonialismo - um importante contingente de tropas portuguesas ficou cercado junto ao rio Cacine.

É desse modo que o PAIGC responde às vitórias forjadas pelo general Spínola com a colaboração da Lusitana.

\* "O colonialismo e o racismo sem máscara" é o título de um oportuno opusculo - muito bem elaborado - que circula clandestinamente em Portugal. O folheto insere algumas passagens do livro "O Problema Estratégico Português", do general Kaulza de Arriaga e demascara o carácter fascista e racista das "lições" do truculento militar. E comenta:

"Ao expor estas odiosas concepções racistas, de pura inspiração nazihitleriana, o gen. Kaulza de Arriaga não o fazia em seu nome pessoal mas como fiel porta-voz do regime fascista e colonialista português cujos chefes supremos também manifestaram o mesmo desprezo pelos povos negros e a mesma pretensão superioridade racial".

\* Patriotas caboverdianos de São Vicente, em documento profusamente distribuído no Exterior, denunciam as trágicas condições de vida no arquipélago da Fome.

\* Marcelo Caetano, numa peça oratória totalmente obscurantista, criticou a Oposição democrática, embora sem a citar, no dia seguinte ao encerramento do Congresso de Aveiro. O discurso foi pronunciado no final de um seminário sobre "teorias políticas e sociais", promovido pela Acção Nacional Popular, nome do partido unico fascista. Grotescamente, o Tartufo desafiou os portugueses a optar entre "um regime de verdade e a democracia, como o nosso" e "uma opressão que de democracia só tem o nome usurpado".

\* Segundo o diário "O Primeiro de Janeiro", do Porto, mais de cem raparigas ingressam mensalmente na prostituição em Portugal. É uma das médias per capita mais elevadas da Europa apesar de a prostituição estar proibida legalmente em Portugal.

\* O Sindicato Nacional dos Profissionais de Escritório manifestou-se alarmado em comunicado distribuído à imprensa, com o ritmo de despedimentos ilegais em muitas empresas, citando especificamente a "Nitratos Agrar".

\* O Tribunal Militar e Territorial condenou o alferes Antonio de Almeida Garcia, de 28 anos, e seu irmão o furriel Alberto Almeida Garcia de 25 anos, respectivamente a 3 anos e 9 meses e a 2 anos e 5 meses de prisão. Ambos foram acusados de "Roubar armas" por se oporem à guerra colonial.

\* Segundo correspondência de New Bedford publicada no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, a colónia portuguesa nos Estados Unidos supera já um milhão de pessoas. A sua figura mais destacada é o cardeal Humberto Medeiros, arcebispo de Boston.

\* A Conferência Nacional dos Bispos de Portugal, reunida para comemorar o 10.º aniversário da Encíclica Pacem in Terris, de João XXIII, emitiu, no final, um documento ambíguo. Embora defendam o pluralismo de opções políticas, os bispos portugueses fazem uma série de afirmações de carácter ideológico que representam uma forma de solidariedade indireta ao fascismo e ao colonialismo.

\* Segundo o "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, o governo brasileiro recusou frontalmente as propostas do ministro português Ruy Patrício no sentido da formação de uma zona de livre comércio entre os dois países.

\* O chanceler brasileiro Gibson Barbosa não respondeu a nenhuma das sugestões para que visitasse Angola, feitas em tom de sondagem pelo sr. Hermano Saraiya, embaixador de Marcelo Caetano no Rio de Janeiro.

\* O sr. Carlos Lacerda publicou um artigo de três páginas em "O Estado de São Paulo" de 20 de maio, preconizando a intervenção militar do Brasil nas guerras co-

loniais portuguesas. A sugestão não encontrou receptividade nos meios oficiais brasileiros.

\* Comentando a proposta de revisão do chamado Tratado Atlântico Norte, formulada por Henry Kissinger, um porta voz do governo português sugeriu a inclusão do Brasil numa nova OTAN. O governo brasileiro não reagiu à iniciativa de Kissinger e às sugestões de Lisboa.

\* Segundo o jornalista Carlos Castelo Branco (Jornal do Brasil 17/5) "o governo brasileiro deixou expressa sua resistência a associar-se a Portugal enquanto tal associação significar uma apção política de aceitação do status da África portuguesa.

\* Em longo e monocórdico discurso pronunciado no encerramento do Congresso da Acção Nacional Popular (ex-UN), o sr. Marcelo Caetano declarou-se um centrista, esclarecendo que jamais perderá de vista as lições de Kerensky.

\* O importante diário "El Nacional", de Caracas, publicou um artigo de Hugo Anson denunciando as atrocidades cometidas pelo colonialismo português em África.

\* O jornal conservador inglês "Financial Times" dedicou interessante comentário a uma pesquisa oficial portuguesa segundo a qual 82% dos jovens entre os 24 e os 34 anos nunca voltaram em Portugal. Conclusão do órgão financeiro britânico: "é o legado de Salazar aos jovens do seu país".

## Campanha do recenseamento

Não obstante os esforços desenvolvidos pelas autoridades fascistas - em cumprimento de instruções recebidas no Ministério do Interior - para sabotar o recenseamento eleitoral, a campanha empreendida pelo Movimento Democrático em todo o país obteve êxito caracterizando-se por iniciativas de grande repercussão popular.

Em Lisboa, democratas das freguesias dos Anjos, do Alto de São João, da Penha de França, da Graça e do Alto do Pina promoveram uma larga distribuição de documentos com informações sobre o recenseamento, entregando-os nas ruas e nos cafés, de mão em mão. No Campo de Ourique, a distribuição foi realizada por uma caravana de jovens que percorreu todo o bairro.

Em Loures, uma caravana de 80 democratas, em vinte automóveis, percorreu todas as aldeias do conselho, fazendo propaganda e distribuindo 20.000 exemplares do documento da Comissão Democrática Pró-Recenseamento.

Em Torres Vedras, 200 democratas enviaram um documento ao presidente da Câmara, iniciativa que contribuiu para ampliar o debate em torno do recenseamento.

Em Moscavide, Odiveelas, Amadora, Oeiras e Sintra a propaganda em prol do recenseamento foi também intensa, vindo-se nas paredes muitos cartazes alusivos.

No Norte e no Sul do país a campanha atingiu também os seus objetivos.

Em Coimbra foi editado um folheto (20.000 exemplares) subscrito por 170 anti-fascistas do distrito e a colagem de cartazes revelou-se igualmente muito funcional.

Em Setúbal e, de modo geral, em toda a margem Sul do Tejo, a campanha encontrou maior receptividade em consequência do índice de politização do povo ser muito elevado.

No Porto, apesar das provocações da policia, centenas de cartazes foram afixados nas paredes da cidade. Em Leiria foi editado um guia do recenseamento do qual foram distribuídos mais de 3.000 exemplares.

Em todo o país foram distribuídos 150.000 exemplares do documento que os 325 democratas integrantes da Comissão Democrática de Recenseamento (CDR) enviaram ao sr. Marcelo Caetano. Por iniciativa da CDR foram também editados 10.000 cartazes grandes e 20.000 menores alusivos ao recenseamento. A PIDE, ilegalmente, arancou grande parte dos últimos.

É sintomático que a campanha do recenseamento, em todas as regiões onde foi levada a efeito com entusiasmo e eficiência, se tenha transformado num fator de ascensão do Movimento Democrático. Merece também referência o fato de a juventude trabalhadora ter promovido simultaneamente uma campanha reivindicando o voto para os maiores de 18 anos.

O Governo fascista, como se esperava não permaneceu passivo. Além de inúmeras provocações e arbitrariedades realizadas em dezenas de concelhos, interveio ofi-

cialmente nas regiões onde sentiu que o movimento de massas estava assumindo uma "amplitude perigosa". Ao proibir as Comissões Pró-Recenseamento da Marinha Grande, de Coimbra, de Loures, de Oeiras e Sintra, o Tartufo Caetano desmascarou-se, revelando o seu propósito de impedir a inscrição dos elementos mais combativos do povo nos cadernos de recenseamento, especialmente em municípios de forte densidade operária.

O comportamento agressivo do fascismo não produziu, porém, os efeitos esperados. Em vez de amedrontar o povo dessas regiões, motivou-o para batalhas políticas mais ambiciosas.

A prática está demonstrando que não tinham razão certos democratas vacilantes que subestimaram a importância da campanha em prol do recenseamento.

### PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Edison Rodrigues Chaves

#### REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva  
R. do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

LONDRINA: Julio Duarte -  
Edifício Centro Comercial -  
Apto. 141

INGLATERRA: Portuguese And  
Colonial Bulletin - 10 Fentiman  
Road, London, S. W. 8

BELGICA: Antonio Casanova  
35, rue Montenegro, 1060 -  
Bruxelas - Belgique

HOLANDA: TULIPA VERME-  
LHA - Post-bus 12039 -  
AMSTERDAM - BIJMERMEER

CANADA: Portuguese Canadian  
Democratic Association P. O.  
Box 72, WESTON-ONTARIO

VENEZUELA: Junta Patriótica  
Portuguesa - Apartado 8287 -  
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica  
Portuguesa del Uruguay Casilla  
de Correo n.º 2.128 - Distrito 5  
Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ri-  
beiro - Postovní Úrad/Jindřichská  
UL. C. 14 Schránka 646 - Praha 1

FRANÇA: Grupo de Amigos de  
"Portugal Democrático" - 2, Pla-  
ce François Villon - Escalier E -  
La Courneuve - Seine - França

REDAÇÃO:  
Rua Líbero Badaró n.º 488 -  
5.º andar - S/ 50 - Fone: 37-0933  
Caixa Postal, 6248  
São Paulo - Brasil

EXPEDIENTE:  
Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Assinatura para o exterior  
US\$ 8,00

Composto e impresso:  
Sociedade Impressora Pannarts  
Ltda.

Rua Almeida Torres N.º 119 -  
Prédio IV - Acimação - S. Paulo

ANO XVII - N.º 178  
Junho 1973

Os artigos assinados traduzem  
apenas a opinião de seus autores,  
sendo por conseguinte de sua  
exclusiva responsabilidade.

## Pela amnistia contra a repressão

- Preso pela PIDE sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Português, o engenheiro Fernando Vicente foi libertado 3 meses depois, sob fiança, e finalmente despronunciado.

Durante o tempo em que esteve preso, entretanto, suportou 3 períodos de "tortura do sono" num total de 31 dias e 31 noites sem dormir e 36 horas seguidas de "estátua". Foi brutalmente agredido, durante os interrogatórios, pelo chefe de brigada Inácio Afonso, a ponto de perder a consciência por diversas vezes e ficar com algumas partes do corpo completamente insensíveis (cabeça, pernas e pés).

- Foi novamente preso e encontra-se no forte de Caxias o padre Mario Pais de Oliveira, de Macieira da Lixa, por continuar, nas suas pregações, a denunciar a injustiça, a miséria, a repressão e as guerras coloniais. Já havia sido preso pelos mesmos motivos em 1970. Submetido a julgamento, fora, surpreendentemente, absolvido em primeira instância, sentença que veio a ser confirmada pelo Supremo Tribunal em julho de 1971.

- Intensificam-se as rusgas policiais, em horas cada vez mais tardias, na cidade de Lisboa. Nos cafés, revistam pastas, sacolas e pacotes em poder do público.

- Nos liceus a repressão é cada vez mais intensa. Frequentemente, estudantes são presos e sofrem buscas domiciliares, servindo qualquer pretexto, desde a distribuição de jornais associativos até o fato de fumarem. Em muitos casos, a repressão é feita através das

próprias autoridades escolares, que expulsam, ou ameaçam de expulsão, alunos que participam de atividades associativas.

- Em Viana do Alentejo a PIDE, com a conivência do Comandante da GNR de Évora, impediu a realização de um espetáculo em que participariam os cantores José Afonso, Letria e outros, provocando descontentamento e protestos entre as 600 pessoas que se preparavam para assistir. De pistolas em punho, a brigada da PIDE, obrigou-as a dispersarem-se.

- 1500 pessoas acompanharam ao cemitério o corpo de Guilherme da Costa Carvalho, democrata militante recentemente falecido. Com a saúde arruinada por longos anos de cativeiro, Guilherme Carvalho pouco tempo viveu após ser libertado pela PIDE, que mais se preocupou, ao libertá-lo, em fugir à responsabilidade pela sua morte do que em reconhecer-lhe o direito à liberdade.

### OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8.30 em 50 metros; das 20 às 20.30 e das 22.13 às 22.43 em 32 metros; e das 0.30 às 0.50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13.30 em 19.20 25 e 26 metros.

### UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

# Angola no coração da tempestade

Miguel Urbano Rodrigues

"Aqui, nas vastas solidões da região oriental, há um território que poderia muito bem assemelhar-se à superfície da lua, se na lua houvesse árvores de um verde cinza ou brotasse longas ervas amarelentas, sempre mergulhadas na poeira. É pelo menos o que parece após a aurora, quando se deixa algum biquinho ocasional no mato e se caminha sobre um solo tão friável como a areia, quilómetro após quilómetro, quilómetros alucinantes ou, depois do pôr do sol, quando se acampa sob uma nuvem de estrelas."

Esse território existe. É uma região de Angola tão inhospita e remota que os portugueses a conhecem pela designação de Terras do fim do Mundo. Hoje faz parte das áreas que se acham sob controlo do Movimento Popular de Libertação de Angola. Há três anos era ainda uma zona de guerra, uma terra de ninguém, quando Basil Davidson percorreu a pé 500 quilómetros no leste angolano em jornadas alucinantes que evoca em seu último livro, "In the Eye of the Storm — Angola's People" (1).

Mercê dos seus trabalhos, Davidson — colaborador dos "Times", "Guardian" e de "Le Monde" — conseguiu o privilégio de ser considerado o maior especialista em assuntos africanos pela grande imprensa internacional e, simultaneamente, conquistar o respeito de todos os movimentos africanos que se batem pela independência de seus países contra o domínio estrangeiro.

Pelo conhecimento profundo dos problemas de Angola e pela riqueza das experiências ali vividas ao atravessar zonas de guerra bombardeadas pela Força Aérea Portuguesa, o autor poderia ter escrito um livro importante, atendendo a aspectos políticos, militares e económicos do tema. Mas Davidson — um desses ingleses não ingleses que a Inglaterra produz de longe em longe — recusou a solução da facilidade. Acabou escrevendo um livro em que o espaço e o tempo se fundem harmoniosamente e que consegue ser ao mesmo tempo um trabalho histórico, uma reportagem comovida, um ensaio socio-político e um libelo contra o colonialismo.

"In the Eye of the Storm" começa por uma descida às origens. Bem se saber o que é Angola, o que foi, quem são e como vivem os angolanos não seria possível entender as motivações da guerra de libertação iniciada há 12 anos.

O painel é fascinante, embora arrojado. Em quatro séculos, Angola — um país cinco vezes maior que o Estado de São Paulo — perdeu 7 milhões dos seus filhos em consequência do tráfico de escravos. Nenhum outro país sofreu agrária comparável. Encarada como reservatório para fornecimento de mão-de-obra escrava, Angola nunca mereceu da Coroa Portuguesa mais do que a atenção exigida a um parque zoológico de novo tipo. Em seu ensaio sobre a "Estatística das Possessões Portuguesas", José Joaquim Lopes de Lima afirmava com razão em 1859 que "desde o início da nossa conquista a

força militar foi o aspecto fundamental e mais essencial da nossa colonização".

Davidson considera necessário recordar essa verdade esquecida para pulverizar com estatísticas a tese fantasista dos cinco séculos de colonização portuguesa. Em 1846 havia apenas 1832 brancos em Angola, 1446 dos quais residiam na capital, Luanda. Em 1911, o total de brancos subira para 13.000, elevando-se para 25.000 em 1931. Contrariamente ao que sustenta o governo português, desmentindo as suas próprias estatísticas, o povoamento branco é um fenómeno recente. Só tomou impulso após a segunda guerra mundial. Em 1955 havia menos de 80.000 portugueses em Angola; hoje há mais de 350.000 (numa população total de 5,5 milhões).

Quanto à miscigenação harmoniosa de raças nunca passou de slogan propagandístico. Em 1950, o número de mestiços não excedia 30.000, após quatro séculos de "colonização", quando na própria África do Sul racista já havia mais de um milhão.

Os argumentos de ordem moral do arsenal colonialista não valem mais do que os históricos e os jurídicos. Basil Davidson recorda fatos incómodos para os defensores da sociedade multirracial igualitária, apontada como modelo pelo Governo de Lisboa. O próprio Cardeal Gonçalves Cerejeira, então chefe da Igreja portuguesa, afirmava, em 1960, numa pastoral: "É verdade que são necessárias escolas, mas escolas onde se ensine aos indígenas o caminho da dignidade humana e da grandeza da nação que os protege". Sua Eminência foi sempre um apologeta da desfrancização, da desangolização. Salazar ia mais longe. "Só os brancos — enfatizava em 1964 em entrevista ao diário francês "L'Aurore" — são capazes de planificar uma ação, de organizar um trabalho. Um homem assim o compreendeu: Tshombé. Que me não chamam racista por dizer que os negros não têm as mesmas aptidões que os brancos: é uma constatação que é fruto da experiência".

O atual primeiro-ministro, sr. Marcelo Caetano, é, hoje, mais cauteloso. Mas, no íntimo, continua fiel às teses racistas de Gobineau e Rosenberg. Em seu livro "Os Nativos na economia africana", emitiu uma opinião — não desmentida posteriormente — que mereceu elogiosas referências de Salazar: "Os indígenas da África — escreveu — devem ser dirigidos e organizados pelos Europeus, mas são seus auxiliares indispensáveis. Os negros devem ser considerados como os elementos produtores organizados ou a organizar de uma economia dirigida por brancos".

Poderá estranhar-se que com tais mestres, o general Kaulza de Arriaga, comandante-chefe em Moçambique, tenha incluído em seu livro "O Problema Estratégico Português" este trecho antológico: "Se em Angola e Moçambique houvesse 20 ou 30 milhões de negros, o problema para nós seria extrema-

mente grave; ainda bem que essas populações são tão reduzidas. Eu não sei se isso resultou da exportação que se fez para o Brasil; se foi isso, ainda bem que se fez essa exportação".

Nenhum artifício de propaganda tem o poder de negar autoridade a Salazar, ao cardeal Cerejeira, ao sr. Marcelo Caetano, ao general Kaulza de Arriaga como porta-vozes do regime. Suas palavras valem por um retrato da sociedade multirracial luso-africana, tal como é vista pela ditadura implantada em Portugal há 47 anos.

A segunda parte do livro de Basil Davidson focaliza a marcha da insurreição angolana, suas origens, suas contradições, suas debilidades, sua força, suas perspectivas. Há nesses capítulos páginas mais pungentes do que as dos relatos das piores atrocidades nazistas em Auschwitz. O autor não narra crimes monstruosos do colonialismo português movido pelo simples desejo de ampliar o volume de informações oferecido. Ele o faz sobretudo para colocar o leitor ocidental, desconhecedor das técnicas repressivas do colonialismo, perante o cotidiano de um mundo de violência que leva ao desespero. Sem os quadros quase apocalípticos de chacinas como as de Icolo, Bendo e Mueda e de massacres como os de Luanda e Pídjiguiti, não seria possível entender o processo psicológico e a tomada de consciência do camponês e do trabalhador urbano que, depois de esgotarem o cálice das humilhações, optaram pela revolta, aderindo aos movimentos libertadores. Ora, com exceção de um punhado de brilhantes intelectuais, tanto em Angola como em Moçambique e na Guiné-Bissau quase todos os quadros políticos e militares desses movimentos são criaturas que já vegetaram como seres sub-humanos no universo dantesco do colonialismo. A recusa da degradação, expressa em depoimentos angustiantes, foi quase sempre o primeiro passo da longa caminhada que os transformou em revolucionários profissionais.

## Lição de convívio racial

A confiança no futuro desses homens não deve ser confundida com fanatismo. Todos eles são, como bem assinala Davidson, combatentes sem pressa. O tempo é seu aliado. As aldeias estratégicas, o napalm, os desfolhantes e herbicidas, as operações helitransportadas, as sucessivas ofensivas do alto comando português têm esbarrado contra a mobilidade, a capacidade organizativa e o inquebrantável espírito de luta dos angolanos que se batem sob as bandeiras do MPLA. Não é certamente por acaso que a Trilha Agostinho Neto, no Leste angolano, já adquiriu um renome legendário que para os africanos lembra o da Trilha Ho Chi Minh, no Laos. É por esse inextricável

emaranhado de caminhos e pistas que o material e os abastecimentos chegam, sob os bombardeios da força aérea portuguesa, às unidades combatentes, após uma travessia que tem o seu ponto inicial na fronteira de Zâmbia. Como Davidson deixa claro, essa autêntica epopéia não seria possível sem o apoio das populações. Uma nova vida principiava a tomar forma em todas as regiões onde a implantação do MPLA é antiga. O autor teve ocasião de visitar aldeias nessas condições e descreve o que viu e sentiu. Hoje um milhão de angolanos vivem nas áreas libertadas (Boletim do Comitê de Descolonização da ONU, 28 de fevereiro).

O futuro é ainda incerto. Mas quando olham para trás, os angolanos que rejeitaram o colonialismo experimentam um sentimento de orgulho. Não sabem ainda exatamente que tipo de sociedade poderão construir o povo de Angola quando quebrar as cadeias da servidão. Mas um número crescente de angolanos está disposto a romper o círculo vicioso da opressão e do desenvolvimento do subdesenvolvimento.

## Assembleia de Caetano; "Um apêndice ornamental"

"A imprensa internacional noticiou recentemente a renúncia de Sá Carneiro e Miller Guerra aos seus mandatos de deputados à Assembleia Nacional. Os comentários que acompanhavam a notícia davam conta das dificuldades, senão da impossibilidade, que aqueles deputados encontravam em abordar determinados problemas considerados intocáveis pelos seus pares, autênticos lacaios do governo de M. Caetano.

De facto, a Assembleia Nacional fascista é a assembleia dos Cazal Ribeiro, dos Tenreiros e quejandos, e é incompatível com um mínimo de dignidade dos que se pretendem representantes do povo.

Em entrevista concedida ao Rádio Clube Português em 27 de Janeiro passado, o ex-deputado Sá Carneiro declarou que o motivo da sua renúncia era "a rejeição por inoportuna, da discussão na Assembleia Nacional da minha proposta de lei de amnistia, rejeição essa que se seguiu a uma série de doutrinas propostas que apresentei, igualmente rejeitadas, sobre liberdade de reunião, liberdade de associação, etc.". Sá Carneiro disse por fim que a rejeição pela respectiva comissão da Assembleia Nacional, foi acompanhado de considerações que ele, Sá Carneiro, repudia inteiramente por as considerar ofensivas.

O ex-deputado Miller Guerra no seu discurso de demissão em 6 de Fevereiro último, declarou em plena Assembleia: "É o sentimento de desilusão que predomina". "Esperar uma evolução progressista, não vejo senão continuidade e monotonia". "Esperar uma liberalização, não vejo senão autoritarismo". "Esperar um Estado moderno, é um Estado prosaicamente conservador que persiste". "Esperar um programa político de acordo com os nossos ideais de liberdade, de igualdade e de paz, é o contrário que vejo". Miller Guerra concluiu classificando a Assembleia Nacional de "apêndice ornamental do Governo".

Todas estas verdades proclamadas pelos dois deputados que renunciaram são, desde há muito, sobejamente conhecidas de todos nós. Que tenham sido eles próprios a proclamá-las, é um sintoma das dificuldades que lavram no seio do regime".

(In "O Imigrado Português", maio de 1973, Paris).

Alguns dos problemas que Davidson aborda transcendem Angola, na medida em que são problemas de toda a humanidade. Estudá-los, como diz o autor, é nos estudarmos a nós mesmos. Parece importante salientar que em Angola as condições de convívio racial são dadas pelos oprimidos aos opressores. "Se alguns dos nossos combatentes acreditam travar uma guerra contra os brancos — as palavras são do dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA — devem substituir essa idéia pela de uma guerra contra o colonialismo e o imperialismo, de uma guerra contra a opressão, pela liberdade e pela dignidade de todos os homens do mundo".

Basil Davidson foi feliz na escolha do título do seu belo livro. O povo de Angola se acha realmente no centro de uma tempestade.

(1) In the Eye of the Storm — Angola's People Longman, Londres, 1972.

(Resumo de artigo publicado em "O Estado de S. Paulo", 27-5-73).

## Protesto de oficiais de marinha

Mais de 150 oficiais da Marinha de Guerra subscreveram um texto endereçado ao presidente da assembleia geral do Clube Militar Naval protestando contra a ocupação policial da residência do 2.º tenente José Manuel Miguel Judas por agentes da PIDE-DGS. O oficial sofreu vexames dos esbirros e ameaça de prisão da Polícia política. O documento reclama a convocação urgente de uma assembleia geral extraordinária do Clube Militar Naval com a seguinte ordem da noite: "Deliberar sobre o incidente referido a fim de encontrar os meios legais que impeçam a repetição de incidentes desta natureza e definição de responsabilidades".

Em toda a Armada, a atitude insolente da PIDE-DGS causou repulsa e indignação.

O presidente do Clube Militar Naval, elemento de tendências fascistas, indeferiu, porém o pedido, argumentando que "a reunião da assembleia geral para os fins indicados na ordem da noite proposta transformaria este Clube num sindicato de oficiais". Invocando o art. 29 do regulamento, insistiu que este "proibe absolutamente, em assembleias gerais, quaisquer discussões políticas ou religiosas".

É oportuno salientar que oficiais superiores de prestígio, como o capitão de fragata Ramos Rocha, deram a sua adesão ao pedido de convocação.

## TULIPA VERMELHA

Onde quer que viva, se o seu problema é:

- assinar jornais e revistas unitárias em língua portuguesa,
- obter livros portugueses e brasileiros de estudo, cultura geral ou recreio, escreva-nos:

Tulipa Vermelha — Postbus 12039, Amsterdam — Holland



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES, 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

# OS MISSEIS MUDAM A GUERRA NA GUINÉ-BISSAU

Sob o título "Guiné-Bissau: Os mísseis mudam a guerra", a revista Visão, de São Paulo, publicou no seu número de 11 de junho o importante artigo que a seguir reproduzimos.

"Durante a primeira semana de maio, o Quartel-General das Forças Armadas de Portugal na Guiné-Bissau apresentou uma movimentação extraordinária. Nem mesmo em novembro de 1970, quando a vizinha República da Guiné foi invadida por uma "força pirata" — cujo comando, segundo as Nações Unidas, era português —, reinou uma tensão comparável nas salas onde o general António Spínola, Governador-geral e comandante militar da pequena colônia, elabora seus planos.

Esse nervosismo tinha um motivo ponderável. O general e seu estado-maior realizavam grandes esforços para descobrir onde se reuniria nos próximos dias o congresso do PAIGC — Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde. O general Spínola sabia que não se tratava de um congresso qualquer. Dois itens da agenda o preocupavam especialmente: 1) eleição do novo secretário-geral do partido, cargo que vem sendo exercido interinamente desde o assassinio de Amílcar Cabral, em janeiro passado; 2) fixação da data da inauguração da Assembleia Nacional que deverá proclamar a independência da Guiné-Bissau.

Em épocas normais, Spínola teria dado instrução à Força Aérea para realizar bombardeios de saturação em todas as áreas suspeitas, isto é, apontadas por informantes como suscetíveis de serem escolhidas para a realização do congresso. Mas o Governador-geral não ousou dar uma ordem tão arriscada. Ele sabia que um acontecimento absolutamente imprevisto mudaria todas as perspectivas da guerra nas últimas semanas. Em março e abril as perdas da Força Aérea tinham subido assustadoramente. Um tenente-coronel, dois majores e uma dúzia de sargentos e praças haviam sido dados como mortos ou desaparecidos. Quanto ao número de aparelhos perdidos, um novo recorde fora estabelecido. Spínola assumiria a responsabilidade por um ataque contra um objetivo determinado, se tivesse alguma certeza sobre a posição do adversário, no caso a sede do congresso. Mas não podia agir às cegas, com bombardeios indiscriminados. O general sabia que o PAIGC dispunha de uma nova arma: foguetes terra-ar.

O Governador acabou reconhecendo a sua impotência. O congresso do PAIGC realizou-se no interior da Guiné-Bissau sem qualquer interferência da Força Aérea de Portugal.

## O grande misterio

Inicialmente, o alto comando português em Bissau e Lisboa não compreendeu. No dia 23 de março um avião de combate desintegrou-se misteriosamente quando voava sobre uma zona "inimiga". Um avião de reconhecimento também não voltou. Ante tamanho absurdo, os vôos isolados foram proibidos. Um "ala" passou a escutar obrigatoriamente todos os caças-bombardeiros ou helicópteros. Mas, numa das suas primeiras missões, o "ala" desintegrou-se.

Quando o alto comando entendeu o que estava ocorrendo, o desastre já era inevitável. De 23 de março a 30 de abril, os mísseis do PAIGC destruíram onze aviões militares portugueses. Uma parte desses aparelhos era constituída de velhos aviões de bombardeio e transporte (DO-27) ou de reconhecimento (T-6), bons apenas para guerras coloniais — mas quatro deles eram jet bombers Fiat G-91, capazes de desenvolver uma velocidade superior a Mach 1 e armados com poderosos mísseis guiados por radar.

O alarme em Lisboa foi enorme. Inicialmente, os jornais publicaram lacônicos comunicados do alto comando, noticiando os desaparecimentos sem explicação. Depois, a imprensa foi autorizada a revelar que o PAIGC estava empregando mísseis terra-ar. Mas os comentários à situação criada foram proibidos. Na realidade, o próprio Pri-

meiro-ministro Marcelo Caetano não demonstrou até agora ter uma idéia precisa sobre o que dizer ou fazer.

A guerra da Guiné vinha sendo encarada como um conflito sem solução militar. O abandono da colônia estava, entretanto, fora de cogitação, porque teria repercussões desastrosas no moral das tropas que se batem em Angola e Moçambique. Com 36 mil quilômetros quadrados e 600 mil habitantes, a Guiné-Bissau representa um ônus para o Tesouro português. O mesmo não se pode dizer de Angola (1.246.700 quilômetros quadrados e 5,5 milhões de habitantes) e de Moçambique (771 mil quilômetros quadrados e 8 milhões de habitantes). Na primeira vivem 350 mil colonos portugueses; na segunda, 200 mil. Embora a sustentação das guerras africanas absorva cerca de 45% do orçamento nacional, as riquezas de Angola e Moçambique não são desprezíveis. Angola é o terceiro produtor mundial de café, o quarto produtor africano de petróleo, o quarto de diamantes, e grande produtor de ferro, farinha de peixe, sisal, milho e açúcar. Dois exércitos de aproximadamente 60 mil homens cada um lutam nas duas grandes colônias — oficialmente "Estados Autônomos" — contra as forças do Movimento Popular de Libertação de Angola e da Frente de Libertação de Moçambique.

## Dez anos de guerra

Paradoxalmente, é na Guiné que Portugal realiza, em termos relativos, o maior esforço militar. O corpo expedicionário português é estimado em 38 mil homens. Em dez anos de guerra, o PAIGC afirma haver libertado mais de dois terços do território. Segundo jornalistas europeus e americanos que visitaram as regiões onde opera a guerrilha, as tropas portuguesas acham-se confinadas na parte insular, numa faixa do território Fula, a noroeste, e nas cidades do interior, protegidas por campos entrancheados. Todas as ofensivas portuguesas visando à reconquista das zonas rurais liberadas malograram.

De outro lado, o PAIGC reconhecia não ter condições para controlar as áreas urbanas. Amílcar Cabral declarou várias vezes que o problema não era propriamente tomar uma ou mais cidades, mas permanecer nelas sob as bombas da Força Aérea de Portugal.

Com o aparecimento dos mísseis terra-ar, o Primeiro-ministro Marcelo Caetano terá de rever toda a sua estratégia para poder continuar a guerra. Dos doze jatos Fiat G-91 de que Spínola dispunha no começo de março, restam oito. São aviões caros, e a fonte secou. Fabricados na Alemanha Ocidental sob patente italiana e equipados com turbinas britânicas e mísseis franceses, foram vendidos a Portugal nos termos da OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte. O Governo português não podia, sem violar acordos assinados, usá-los na África. Não é, portanto, de seu interesse falar muito da perda desses jatos, oferecendo novos argumentos a aliados recalcitrantes, como a Noruega e a Dinamarca, que desejariam a expulsão de Portugal da OTAN. De outro lado, a República Federal da Alemanha proibiu a venda de armas a Portugal.

O Governo português acha-se, assim, num impasse. Enquanto a "cavalaria do ar" era praticamente invulnerável, Portugal pôde aplicar na Guiné-Bissau certas soluções aperfeiçoadas pelos americanos no Vietnã, desde bombardeios com napalm e produtos tóxicos — como o ácido cacodílico — a operações helitransportadas contra áreas ocupadas pelos guerrilheiros. Estes dispunham de canhões sem recuo, de bazookas, de artilharia antiaérea, de foguetes de 22 milímetros. Sua artilharia bombardeava as cidades em pleno dia, seus comandos já haviam atacado o aeroporto da capital, Bissau, em reide destruidor. Mas foi o emprego de

foguetes terra-ar contra os jatos que comprovou a vulnerabilidade militar de Portugal.

O êxito que os guerrilheiros estão obtendo em sua luta contra a estrutura colonial é tanto mais assinalável quanto a Guiné-Bissau é um país pequeno, pobre e pouco povoado. Para cada quinze africanos, há ali um soldado português. E, mesmo assim, Portugal está perdendo a guerra, política e militarmente. É verdade que nenhuma insurreição foi preparada tão meticulosamente. Foi só em 1963, depois de um longo trabalho de persuasão, que o PAIGC se sentiu em condições de desafiar as tropas portuguesas. Cabral eliminou primeiro todos os vestígios da dominação colonial portuguesa nos territórios liberados. Contrariamente a outros líderes africanos, estabeleceu sempre, no entanto, uma nítida separação entre o regime português e as estruturas coloniais, e o povo de Portugal, pelo qual nunca deixou de manifestar respeito, afeto e solidariedade.

## A segunda fase

A segunda etapa da chamada Revolução Guineense iniciou-se com a implantação de novas estruturas de base. Foi a fase da criação dos comitês da aldeia, democraticamente eleitos. Esses comitês ocupam-se de todos os aspectos da vida pública, embora recorram, por vezes, aos quadros do PAIGC para resolver problemas complexos. Foi assim que, a partir de 1970, surgiu, nas áreas liberadas, uma rede de tribunais regionais, presididos por juizes designados pelos comitês. Outro esforço considerável foi realizado no setor do abastecimento público.

Como a economia de guerra, num país onde predomina a agricultura de subsistência, tinha exigências prementes, foram abertos numerosos armazéns populares. Nesses os camponeses trocam os produtos das suas lavouras por roupas e produtos de primeira necessidade. Hoje, o PAIGC está exportando arroz. No campo do ensino, foram tomadas também iniciativas importantes.

Em 1963, a porcentagem de analfabetos era de 99%. Hoje funcionam nas áreas liberadas 156 escolas primárias. Ao total de 8.574 crianças que frequentam essas escolas — e nelas aprendem o português, o crioulo e os dialetos locais — devem ser acrescentados aproximadamente 7 mil adultos que estão seguindo cursos de alfabetização e de aritmética elementar.

## As eleições de 1972

O problema político mereceu sempre uma atenção prioritária. Amílcar Cabral nunca aceitou os modelos estrangeiros. Para ele, a Revolução teria de ser guineense, adequada às realidades africanas e locais, ou malograria. A libertação, a seus olhos, deve ser muito mais do que um simples progresso político e econômico; ele a encarava como um processo cultural em profundidade. É à luz dessas concepções do líder assassinado que se pode entender o significado das eleições nacionais de 1972. A idéia de Cabral era marcar o início de uma separação constitucional dos poderes do partido e do Estado, do Executivo e do Legislativo, a fim de evitar distorções graves, ocorridas noutras revoluções. Além disso, as eleições representaram um grande esforço para ampliar a participação popular na construção do novo Estado. O pleito, apesar da guerra, realizou-se no dia marcado, pelo sistema de escrutínio direto e voto secreto: 58 mil eleitores escolheram os membros de quinze conselhos regionais, aos quais coube, posteriormente, designar os representantes na Assembleia Nacional (27 deputados pelo Sul, 24 pelo Norte, dez pelo Leste).

Os territórios ainda ocupados por Portugal designaram clandestinamente onze representantes. A



Tropas regulares do Exército de Libertação da Guiné Bissau desfilam durante uma solenidade patriótica promovida pelo P. A. I. G. C.

esses 72 elementos se juntarão cinco delegados dos sindicatos e três dos estudantes. A Assembleia Nacional, entretanto, terá 120 deputados, pois o PAIGC designará quatro elementos seus que terão direitos iguais aos eleitos por sufrágio popular.

Em princípio, o congresso do PAIGC, reunido secretamente em maio, deveria confirmar Aristides Pereira no lugar de secretário-geral, vago desde o assassinio de Cabral. Pereira era talvez o companheiro mais íntimo de Amílcar Cabral e, após sua morte, foi designado para substituí-lo interinamente. Mas continua ainda hospitalizado, devido aos graves ferimentos sofridos em janeiro, quando os assassinos de Cabral o sequestraram e tentaram conduzi-lo para Bissau.

O PAPEL DA ASSEMBLÉIA Mais importante, porém, do que a escolha dos homens que vão dirigir o PAIGC terá sido o debate em torno da data de convocação

da Assembleia Nacional. Em seu testamento político, Cabral deixou claro que a primeira tarefa da Assembleia seria produzir uma Constituição e proclamar a independência da Guiné-Bissau. E a direção do partido já reafirmou que os planos traçados pelo seu fundador serão rigorosamente cumpridos.

O Governo português enfrentará, assim, uma situação inédita. A Assembleia pedirá imediatamente o reconhecimento do novo Estado. Antes da morte de Cabral, setenta países já tinham respondido favoravelmente às sondagens do PAIGC, comprometendo-se a reconhecer a Guiné-Bissau como Estado soberano, embora parte de seu território possa permanecer sob ocupação portuguesa por tempo indeterminado. A Nigéria e a Etiópia tinham aceitado, inclusive, patrocinar um projeto de resolução a ser submetido à próxima Assembleia Geral das Nações Unidas."

# LUTAS POPULARES

**Lisnave** — Os operários desta empresa rasgaram os seus boletins de voto nas "eleições" para a Comissão Interna, instrumento claramente patronal. Apenas 6% dos empregados votaram.

**Carris de Lisboa** — Lutando por melhores condições de trabalho, os motoristas estão se recusando a fazer horas extraordinárias contando com a solidariedade dos cobreadores. A população de Lisboa apesar dos atrasos que o movimento provoca, mostra-se compreensiva e solidária com o pessoal.

**São João da Madeira** — Os operários da Oliva fizeram nova paralisação do trabalho para reforçar reivindicações não atendidas: aumento salarial e 13.º salário.

**Transul** — Os trabalhadores desta empresa da Margem Sul do Tejo negam-se a fazer horas extraordinárias e reivindicam au-

mento de salários e redução do horário de trabalho.

**Figueira da Fóz** — Mais de 30 operários da Mistral fizeram greve de braços caídos durante várias horas, exigindo o pagamento de um aumento de 6% a que têm direito.

**Setubal** — Os carteiros desta cidade, após campanha inteligentemente conduzida, obtiveram aumentos salariais de 200 a 300 escudos por mês. A campanha, entretanto, prossegue, por parte do pessoal que não figura nas listas de aumento.

**Torres Vedras** — Um grupo de jovens desta vila enviou à Assembleia Nacional um documento com mais de 150 assinaturas, reivindicando o direito de voto para maiores de 18 anos.

## Militares mortos em Moçambique

Segundo comunicado do Serviço de Informação das Forças Armadas, morreram em combate na guerra colonial de Moçambique os seguintes militares: Rogério Urbano de Sousa Andrade, soldado, natural de Vila do Porto, Santa Maria, Açores; Ulcino Martins Lima, soldado, de Vila Nova de Famalicão; Manuel Joaquim Janeiro, 1.º cabo, de Torre de Moncorvo; e Pedro Alvaro Gomes Barbosa, soldado, da Ilha do Fogo, Cabo Verde.

**PORTE PAGO - ECT - DR - SP**  
PORTUGAL DEMOCRÁTICO  
Rua Liberto Baduro, 488 - 5.º Sala 50  
SAO PAULO - BRASIL  
Endereços de Assinantes